



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS

COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 146114/2015

PROTOCOLO: 71000.050137/2010-33

TIPO DE PROCESSO: Renovação

C.N.P.J: 33.821.810/0001-68

DATA DE PROTOCOLO: 16/04/2010

ENTIDADE: SOCIEDADE CONGREGAÇÃO MISSIONÁRIA

MUNICÍPIO: NITEROI

UF: RJ

ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: 17/05/2007 A 16/05/2010

DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 98/2014

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

Não apresentou todos os documentos

(Documentos pendentes)

Inscrição no Conselho Local de Assistência Social

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:

a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I, Dec. 7.237/10 ou art. 39. I. Dec. 8.242/14

b) Destino do patrimônio em caso de dissolução: art. 3º, II, Lei 12.101/09

Compatível com a legislação

Compatível com a legislação

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Atua na assistência social

atendimento

Oferta(s)

Usuário(s)

Qualificação usuário

convivência e Fortalecimento de Vínculos

adolescentes; crianças

abordagem social

adolescentes; adultos; crianças; pessoas em situação de rua

acolhimento da PSE de alta complexidade

pessoas em situação de rua

Outras ofertas (anteriores à lei): Atendimento médico; Creche; Ensino superior

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos

apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14

Não é possível aferir a gratuidade das ofertas

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO:

MEC

Número(s): 129/1209v

VI) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09

Não

VII) CONCLUSÃO DO PARECER: INDEFERIDO

Motivo em caso de indeferimento: Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social

Embora a entidade tenha sido diligenciada (ofício nº 98/2014), o seguinte documento obrigatório não foi apresentado: Inscrição no Conselho Local de Assistência Social. Com isso, a análise dos requisitos de certificação presentes na Lei nº 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242/2014 não foi possível.

A entidade poderá recorrer da decisão em até trinta (30) dias a partir da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.). Ressalta-se que o recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, a partir da publicação do indeferimento a entidade perde o direito à isenção do art. 29 da Lei 12.101/09.

Caso o fundamento do indeferimento seja a não apresentação de documentação obrigatória, a entidade poderá apresentar em sede de recurso a documentação faltante indicada acima.

www.mds.gov.br/assistenciasocial

Brasília, DF 28/03/2016

Shirley Castro

CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Marília Carvalho

CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Bárbara P. C. Campos

DRSP/SNAS/MDS